

Procedimento Preparatório n. 06.2022.00002253-2

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, Diego Roberto Barbiero, o **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Clodoaldo Briancini, e a servidora municipal **SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI**, nos autos do Procedimento Preparatório n. 06.2022.00002253-2, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/19, e diante das seguintes premissas fáticas e jurídicas:

1. Por meio da Portaria n. 79/2021 (referente ao ano de 2022, mas com equívoco material), o Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Clodoaldo Briancini, atribuiu à sua esposa, Sonia Cristina Della Torres Briancini, função de confiança, consistente na chefia do setor de Cultura, Esportes e Turismo.
2. O Prefeito Municipal justificou a atribuição de função de confiança a Sonia sob o argumento de que a servidora possuía (e possui) qualificação técnica e experiência na área, bem como por não ter sido nomeado Secretário Municipal para a pasta em razão da dificuldade de encontrar profissionais com qualificação técnica compatível com o Município de pequeno porte.
3. Caso fosse nomeada Secretária Municipal, os proventos mensais de Sonia seriam inferiores ao recebido por ela a partir da função gratificada concedida pela Portaria 79/2021.
4. Em reunião realizada com o Prefeito Municipal, chegou-se à conclusão de que o entendimento dos Tribunais Superiores¹ é diverso da posição adotada pelo Município, ou seja, Sonia poderia ocupar o cargo de Secretária Municipal, tendo em vista sua qualificação técnica (fls. 12-17), mas não receber gratificação pelo

¹ EMENTA AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. NEPOTISMO. SÚMULA VINCULANTE Nº 13. NOMEAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS. SECRETÁRIO MUNICIPAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Viola a Súmula Vinculante nº 13 a condenação por ato de improbidade administrativa atinente à nomeação para cargo de natureza política alicerçada unicamente na relação de parentesco entre o nomeado e o chefe do Poder Executivo. 2. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, se unânime a votação. (Rcl 35662 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 14/02/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-049 DIVULG 06-03-2020 PUBLIC 09-03-2020)

exercício de função de confiança², em razão do grau de parentesco havido com o Prefeito Municipal.

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, que será regido pelas cláusulas abaixo descritas.

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Este Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo *(i)* estabelecer a necessidade de revogação da Portaria n. 79/2021 (2022), que "atribuiu função de confiança a servidor municipal"; *(ii)* estabelecer, se assim desejar o Prefeito Municipal, a possibilidade de nomeação de Sonia Cristina Della Torres Briancini como Secretária Municipal de Cultura, Esportes e Turismo; e *(iii)* pactuar-se o ressarcimento ao erário mediante uma obrigação de pagar quantia certa, consistente na perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio de Sonia Cristina Della Torres Briancini.

2 DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:

Cláusula 2ª: O COMPROMISSÁRIO Clodoaldo Briancini compromete-se a revogar, a partir de 13 de junho de 2022, a Portaria n. 79/2021 (2022), que "atribuiu função de confiança a servidor municipal".

Parágrafo primeiro: Fica estabelecido que COMPROMISSÁRIO Clodoaldo Briancini poderá, se assim desejar, nomear Sonia Cristina Della Torres Briancini como Secretária Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, em razão de sua qualificação técnica, sem que isso implique violação à Sumula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal, ficando seus proventos vinculados e adstritos ao valor do subsídio mensal dos Secretários Municipais de Cordilheira Alta.

Cláusula 3ª: A COMPROMISSÁRIA Sonia Cristina Della Torres Briancini compromete-se em restituir ao patrimônio do Município de Cordilheira Alta o valor que recebeu indevidamente a partir da publicação da Portaria n. 79/2021 (2022), assim considerado como a diferença entre o valor bruto de sua remuneração acrescida pela função gratificada (R\$ 7.708,22) e o valor bruto do subsídio do Secretário Municipal (R\$ 6.503,00), o que totaliza R\$ 3.615,66 (três mil, seiscentos e quinze reais e sessenta e seis centavos) para os meses de março, abril e maio de 2022.

² Não se desconhece o fato de Sonia ter recebido Função de Confiança em outras administrações municipais (fl. 19); no entanto, na atual Legislatura, o Prefeito Municipal é seu marido, o que a impede de receber referido adicional, por força do art. 11, XI, da Lei n. 8.429/92.

Parágrafo Primeiro. O valor será depositado pela compromissária, até o dia 10 de julho de 2022, na conta única do Município de Cordilheira Alta (Município de Cordilheira Alta, CNPJ 95.990.198/0001-04, Banco do Brasil Agência: 5267-1, Conta-Corrente: 15830-5) e o comprovante será encaminhado ao Ministério Público, até o dia 15 de julho de 2022.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 4ª: No caso de descumprimento da Cláusula 2ª, estará o COMPROMISSÁRIO Clodoaldo Briancini sujeito à multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo valor será recolhido mediante pagamento de boleto bancário e será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85 e na Lei Estadual n. 15.694/11, e regulamentado pelo Decreto n. 808/12, do Estado de Santa Catarina.

Cláusula 5ª: No caso de descumprimento da Cláusula 3ª, estará a COMPROMISSÁRIA sujeita à multa de 2% sobre o valor do débito, além de juros de 1% ao mês, até o efetivo adimplemento da obrigação.

Cláusula 6ª: Além das cláusulas 4ª e 5ª, o descumprimento das cláusulas 2ª e 3ª implicará no desarquivamento do Procedimento Preparatório e no ajuizamento da(s) ação(ões) judicial(is) que se mostrar(em) pertinente(s) à defesa do patrimônio público, inclusive com presunção de dolo voltado à prática de atos de improbidade administrativa pelos COMPROMISSÁRIOS.

4 DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula 7ª: A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em Procedimento Administrativo próprio.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Cláusula 8ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 9ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 10: O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente TERMO contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

Cláusula 11: O presente compromisso entrará em presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Cláusula 12: As partes elegem o foro da Comarca de Chapecó/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Compromisso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 10 de junho de 2022.

DIEGO ROBERTO BARBIERO
Promotor de Justiça

CLODOALDO BRIANCINI
Compromissário

SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI
Compromissária

Testemunhas:

JULIANDERSON PANEGALLI
Assistente de Promotoria de Justiça

CLERISTON VALENTINI
Procurador-Geral do Município de
Cordilheira Alta